

A FRAGILIDADE DA EDUCAÇÃO FRENTE O COMBATE A LGBTOFOBIA

Larissa Suellen Gomes Andrade de Lima (1); Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (2)

(1): *Universidade Federal de Pernambuco*, larissasuellen39@gmail.com; (2): *Universidade Federal de Pernambuco*, mm.marcelohenrique@yahoo.com.br.

Resumo: Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada na Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, incentivada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Nesse contexto, atentando para as relações de poder imposta pela sociedade e baseando-se nas teorias de interseccionalidade de gênero, sexualidade e etnia-raça o presente artigo propõe analisar duas Escolas de Referência do Ensino Médio de Pernambuco (EREM), por dois motivos: (a) Esse espaço pode ser um reprodutor e ou emancipatório das desigualdades sociais em relação aos marcadores sociais, (b) Nas escolas de referência há a obrigatoriedade da disciplina de Direitos Humanos, que será a matéria alvo de análise. Assim, a pesquisa tem o objetivo geral de analisar como duas escolas localizadas em Caruaru/PE, promovem uma educação em e para os Direitos Humanos no fortalecimento do combate ao racismo e à LGBTfobia via uma pedagogia antibullying, sendo o foco nas práticas pedagógicas que acontecem no cotidiano escolar. Utiliza-se como técnica de coleta de dados conversas informais, observação não participante, análise documental e entrevistas semiestruturadas. Como resultados, constatamos que os docentes promovem uma prática pedagógica que problematiza uma reflexão a cerca dos marcadores sociais que incluem ou excluem indivíduos e ou grupos sociais. Entretanto, analisou-se também que as referidas categorias da interseccionalidade são abordadas nas práticas pedagógicas de maneira parcial, sem serem aprofundadas como uma pedagogia antibullying. A falta de formação continuada para os professores abordarem essas temáticas, também foram assuntos mencionados por parte dos professores. Portanto, podemos admitir que, ainda, há a fragilidade de pedagogias que promovam ações antibullying LGBTfóbico nas escolas.

Palavras-chave: Gênero, Educação, Interseccionalidade, bullying.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, tem havido um crescente aumento das novas formas de subjetivação baseadas na insegurança dos agentes sociais no nível da identidade, seja ela masculina seja heterossexual. Esse fato deve-se a estrutura de inteligibilidade social heteronormativa que elege o homem branco, de camada média e heterossexual como a referência de poder. Tal estrutura coloca a heterossexualidade como “normal”, “natural” e, ainda “sadia” e a homossexualidade como o outro elemento do par inferiormente hierarquizado (BUTLER, 2003; MATTOS, 2011; MIRANDA, 2013).

Tais marcadores sociais determinam processos de inteligibilidade materializados por meio de socializações e sociabilidade que incluem ou excluem indivíduos e ou grupos que reproduzem as desigualdades em nossa sociedade. Esse processo

educacional em relação às categorias dicotômicas, hierarquizadas e excludentes do sexo (macho-fêmea), gênero (homem-mulher), sexualidade (heterossexualidade-homossexualidade) e etnia-raça (branco-afrobrasileiro) dizem respeito a uma estrutura de inteligibilidade social heteronormativa que condensa sentidos hegemônicos de homem branco, de camada média e heterossexual. Assim, há categorias que se interseccionalizam (gênero, raça-etnia e a sexualidade) e materializam hierarquias no cotidiano social.

Nesse processo de socialização e sociabilidade, a escola e todos seus integrantes são constituídos por categorias dicotômicas de sexo, gênero, sexualidade classe social e etnia-raça (GOMES, 1996; Louro, 1997) sendo impossível pensar sobre esta instituição sem que se lance mão das construções sociais e culturais de masculino e de feminino, camada popular e média, branco e afrodescendente.

Assim, na educação básica há índices alarmantes de violência física e emocional contra jovens, produzidas pelos seus colegas, docentes, gestores. Tal contexto de violência escolar pode ser compreendido pela relação entre *bullying*, racismo e LGBTfobia¹ (BATISTA, 2013; DIAZ, SOUZA, 2010; SILVA, BARRETO, 2012; SILVA, SALLES, 2010).

Nessa perspectiva, a escola se apresenta como espaço que possibilita tanto a produção e reprodução das relações hierárquicas de poder, promovendo preconceitos e exclusão, como a possibilidade de um ambiente democrático que incentive o convívio e o respeito com as diferenças conscientizando e combatendo o *bullying* racista e LGBTfóbico. Dessa maneira, analisar o ambiente escolar e suas representações simbólicas, faz-se necessário com o intuito de compreender a dinâmica social, seja da dominação ou da emancipação Cidadã.

Dessa forma, essa pesquisa tem por objetivo geral analisar a prática pedagógica, na sala de aula do componente disciplinar dos Direitos Humanos sobre as temáticas de gênero, sexualidade e etnia-raça e como objetivos específicos: a) verificar se há promoção de um ambiente de incentivo às equidades de gênero e respeito às diferenças sexuais e de etnia-raça; e b) identificar se há reforço das praticas excludentes e de desrespeito às diferenças elencadas acima. O nosso campo empírico foi em duas Escolas de Referência do Ensino Médio em Caruaru/PE,

¹ O termo clássico utilizado na literatura é homofobia definida como atitudes de hostilidades contra as/os homossexuais (BORRILLO, 2010). Com a finalidade de marcar as violências específicas de lésbicas e pessoas transgêneros, vem sendo empregado o termo LGBTfobia.

2. METODOLOGIA

A pesquisa tem como foco a análise da prática pedagógica, na sala de aula do componente disciplinar dos direitos humanos sobre as temáticas de gênero, sexualidade e etnia-raça, escolhemos. A partir desse foco foram escolhidas escolas de referência porque em tais escolas há a obrigatoriedade da oferta do componente curricular Direitos Humanos. Assim, a nossa análise empírica recaiu nas práticas pedagógicas dos docentes da referida disciplina de Direitos Humanos.

Foram utilizadas as seguintes técnicas de coletas de dados: a) conversas informais e b) observação não participante. Essas técnicas possibilitam o acesso ao mundo subjetivo (GASKELL, 2011) das interações tanto via conversas informais como por meio da observação das práticas pedagógicas na sala de aula entre docente-discente e discente-discente. A partir da coleta desses dados, pudemos mapear se há ou não uma possível construção de uma cultura de fortalecimento dos direitos humanos com o respeito e aprendizado com as diferenças em um ambiente democrático.

Além dessas técnicas acima citadas, foi realizada a entrevista semiestruturada. O roteiro de entrevista semiestruturada foi aplicada com os docentes da disciplina de Direitos Humanos. Realizou-se, assim, um total de duas entrevistas com professores das referidas escolas que ministram aulas de Direitos Humanos. Realizamos a gravação das entrevistas com a finalidade de registrar o máximo de informação possível para posteriores averiguações.

3. A PRÁTICA PEDAGÓGICA, INTERSECCIONALIDADE E COMBATE AO BULLYING

3.1. Situando os docentes nas camadas sociais

Por meio da entrevista semiestruturada, pode-se expor que, na escola A, o professor 1 tem 38 anos de idade, é do gênero masculino, católico, casado e formado no ano de 2002, em História, pela UFRPE. Já na escola B, o professor 2 tem 52 anos de idade, também é do gênero masculino, católico, divorciado, formado no ano de 1986 em História, pela FAFICA.

Quanto ao nível de instrução dos familiares, os pais, do Professor 1, possuem formação Educação Básica completa. Seu pai trabalhou como vendedor e a mãe “do lar”. A esposa do professor 1 possui Ensino Superior e exerce o cargo de administradora de empresas.

O professor tem um irmão com 36 anos e Ensino Médio. Ele trabalha em uma empresa de construção civil.

Em relação ao Professor 2, ministra aula na escola B, seu pai possui Ensino Superior em direito e a mãe Ensino Médio, sendo do lar. Seu irmão tem 51 anos, Ensino médio e trabalha na Secretaria de Saúde de Caruaru.

Fazendo uma análise no quadro social das duas famílias, podemos notar uma concentração feminina, das mães nesse caso, nas atividades domésticas, mostrando os níveis diferenciados de ocupação entre homens e mulheres, já bastante apontadas por varias teorias (BRUSCHINI, 1994; SAFFIOTI, 1996).

3.2. Panorama nas escolas

- Escola A

De início, é importante mencionar que houve resistências da gestão da escola em relação a presença da pesquisadora na escola. Tal resistência explanada pelas dificuldades em atenderem e deixaram a pesquisadora participar do cotidiano escolar e ou em acompanhar as aulas de direitos humanos do professor 1, durante os três meses de pesquisa de campo.

Ultrapassadas as barreiras iniciais, em uma conversa informal com o professor 1, foi-me informado que, no ano de 2017, a primeira unidade escolar foi um tanto conturbada, pois os horários ainda não estavam definidos para a disciplina de Direitos Humanos (DH). Tal ausência de horário decorre que a disciplina DH é preenchida com as sobras da carga horária de outras disciplinas dos horários dos professores. Dessa constatação pode-se inferir que a disciplina DH não é uma prioridade na escola A. Dessa forma, os conteúdos de uma educação em e para os Direitos Humanos ficam ameaçados ou em segundo plano de importância em relação a outras disciplinas da grade curricular.

Segundo o Professor 1, devido a instabilidade e a troca de professores, no primeiro semestre de 2017 em relação ao término da primeira unidade, “sobrou” poucas aulas para trabalhar os conteúdos que estavam programados dos Direitos Humanos. Sua prática pedagógica teve inicio a partir da divisão da turma em quatro grupos para a realização de seminários com diferentes temáticas: a) Direitos das mulheres e o machismo; b) LGBT-Preconceitos e Discriminação; c) ECA- Criança e o Adolescente; e d) Racismo.

Ressaltamos que em meio às apresentações, o Professor 1 foi fazendo considerações e abrindo espaços para debates baseado no exposto por cada grupo.

Nessa perspectiva, podemos analisar que assuntos quanto aos direitos das mulheres, preconceito, racismo estão sendo desenvolvidos. No entanto, são temáticas densas e que podem necessitar de mais espaço e mais tempo para serem trabalhadas, problematizadas e discutidas de maneira satisfatória na promoção do respeito às diferenças e do combate ao bullying.

- Escola B

Na escola B foi diferente quanto ao atendimento. Não houve resistência em receber a pesquisadora, pois permitiram acesso ao professor sem muitos impedimentos nem formalidade como maneira de resistência. A escolha dessa escola decorreu de ter havido um fato de homofobia, misoginia e machismo e soubemos que a escola se posicionou de uma forma de promoção de uma educação dos Direitos Humanos. Ressaltamos que durante a visita, realizamos a entrevista com o professor de Direitos Humanos que ajudou a combater e problematizar o caso de LGBTfobia que aconteceu naquela instituição educacional.

3.3 As entrevistas nas escolas

Como já mencionado, foi realizado uma entrevista semiestruturada, em cada escola, para analisar as concepções dos dois docentes quanto em relação às temáticas de gênero, sexualidade e etnia-raça. As entrevistas buscavam levantar dados em relação a uma educação em e para os Direitos Humanos por meio de uma pedagogia antibullying.

Para ambos os professores eles já tiveram alunos com comportamentos diferentes daqueles considerado hegemônicos para cada sexo/corpo, gênero e orientação sexual.

No entanto, segundo o professor 1 é difícil perceber algum aluno homossexual: “Difícil de perceber essas coisas porque são mais discretas e eu não sou de perceber”. Quando se perguntou como os outros alunos lidam com essas pessoas, os docentes responderam: “hoje em dia é normal” (PROFESSOR 1). “Aqui nessa escola a gente não encontra muito preconceito, tem algumas brincadeiras, mas nada assim que chame atenção” (PROFESSOR 2).

Analisando as falas dos professores, podemos inferir que há uma minimização do preconceito, quando naturalizam possíveis formas de bullying que podem existir. No entanto, como dito anteriormente, o professor 2 toma ações que contribuem para combater tal violência na escola. Tal situação, podemos perceber, a partir das respostas dadas sobre suas práticas pedagógicas e o combate ao bullying.

Em relação a suas ações, os professores se posicionam de formas diferentes sobre as suas práticas pedagógicas após atitudes preconceituosas e de bullying:

Fazer o que eu já faço: trabalhar a questão da alteridade, do respeito (...) e eles já têm essas informações (...). Esse tipo de coisa não acontece, pelo menos na minha comunidade escolar. Quer dizer, deve ter algumas pessoas que pensam assim, mas talvez não se externe (PROFESSOR 1).

Tentar mostrar, sensibilizar e mostrar que a vida do outro não interessa a ninguém. O que o outro faz com seu corpo é problema dele. Então, a gente coloca sempre essa questão: Por que você se incomoda que o outro é diferente de você? Se o outro é homossexual, bi, por que ele incomoda? É a vida dele. Então, o problema não estaria naquele que está promovendo aquela reação negativa a aquele que é dito diferente? (PROFESSOR 2).

Podemos notar que o professor 1 nega a existência de preconceito, quando diz que “esse tipo de coisa não acontece”. Embora ele reconheça logo após, que possa existir, ele ainda nega a existência desse preconceito ser expressado no seu ambiente escolar. Pensar que não existe a demonstração do preconceito é pensar que não teríamos também a existência do bullying e sabe-se que no cotidiano a LGBTfobia existe e também está presente muito comumente nas escolas.

Por outro lado, o segundo professor sugere como prática pedagógica promover um diálogo e provocações de pensamentos para estimular conscientização nos alunos. O que se configura como uma prática pedagógica pertinente ao reforço do respeito e do combate à discriminação e do bullying.

É importante mencionar também que quando foi perguntado ao professor 2 sobre o que a escola (gestão, coordenação, docentes) fez em situações vivenciadas de preconceito, o docente responde que houve um acontecimento na escola que estava cada vez mais se agravando e eles acharam pertinente pedir ajuda a profissionais que não eram da escola. Nas palavras do professor:

Esse ano, a gente se deparou com (...) uma situação envolvendo o machismo, a misoginia, a homofobia. Então alguns professores, junto com a escola, chamaram duas psicólogas que trabalham com jovens e adolescentes. Elas trabalharam com apenas um 2º ano, que foi justamente o que estavam tendo esses casos de preconceito. E foi muito bom, porque elas falaram de orientação sexual, de sexualidade, de namoro e um monte de assunto que

eles ficaram bem à vontade. Inclusive ela pediu para que fosse uma roda de conversa e não uma palestra. (...) A gente já percebeu mudanças sensíveis. Justamente aqueles que eram mais radicais com relação a isso. (...) Eles mudaram o comportamento (PROFESSOR 2).

Logo, na fala do docente, pode-se notar a postura pedagógica da escola B contribuiu para uma mudança de atitude e valorização das diferenças.

Além disso, foi-se constatado também que os professores não se sentem preparados para trabalhar as temáticas de gênero nem a questão da orientação sexual e a comunidade LGBT. Assim, o professor 1 afirma que “não tenho muito contato, pois não é a minha área de atuação [profissional]”.

Os docentes entrevistados alegam que não foram capacitados em sua formação profissional ou que essa capacitação foi precária:

Há ignorância, porque você pode pegar meia dúzia de professores e você pode passar dez anos com eles promovendo cursos e eles não vão mudar. E às vezes se espera muito de um professor da área de humanas. (...) A questão da politização dos professores e a consciência de cada um, é de cada um, já são todos formados. (PROFESSOR 1)

Como sempre tem algo novo (...) e é importante está se atualizando. O governo do estado só deu algumas capacitações no começo e nunca mais tivemos. No meu caso, eu procuro me atualizar por iniciativa própria, a participar de cursos online (...) está sempre lendo (...) (PROFESSOR 2).

O professor 1 dá espaço para a questão da não aceitação, por alguns professores, do ensino sobre orientação sexual e relações de gênero na escola. Geralmente, esse fato acontece, pois muitos professores, envolvidos por questões religiosas, acabam não aceitando a discussão em sala de aula dessas questões. Já o professor 2 discute sobre a importância da promoção de capacitações para manter atualizada as discussões e informações sobre as temáticas de gênero e sexualidade.

Além disso, para os professores é importante também, nas práticas pedagógicas, a discussão sobre sexualidade. Doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, orientação sexual, são assuntos trabalhados, segundo eles.

Para finalizar, perguntou-se aos dois professores se na opinião deles as diferenças de classe social e raça influenciam nas ações preconceituosas,

discriminatórias e de prática de bullying na intersecção das diferenças de gênero e sexualidade. Os docentes verbalizaram:

Não. Existe uma questão social por traz, mas o preconceito é independente de raça, religião. (...) você fala que não é racista porque não tem nada contra negros, mas você recrimina o candomblé dizendo que é macumba. Como é que não vai dizer que é racista? Você esta sendo contra a expressão cultural do negro. Porque na realidade, eu sou contra a religião do outro. Porque parte do principio de ser o outro e esse outro ser o negro (PROFESSOR 1).

A nossa sociedade patriarcal via a mulher como um objeto do homem (...) então inferioriza o gênero feminino. Aí vem a inferiorização também da mulher negra, do homem negro, do mais pobre e assim sucessivamente (...) e o homossexual masculino, por exemplo, (...) se ele tem muitos trejeitos, muito feminino aí ele também é inferiorizado. Essas relações de poder estão embutidas nessas relações de gênero (...) (PROFESSOR 2).

Mais uma vez, as concepções de pensamento dos professores vão em desencontro. O professor 1 não acha que é possível que um indivíduo viva, simultaneamente, várias condições de subordinação, em que a classe social, a raça/etnia, o gênero e a sexualidade se interseccionam. Já o professor 2 acredita que as relações de poder, na sociedade, podem ter como consequência múltiplas formas de discriminação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos destacar que a inserção de temas que promovem uma educação para o respeito às diferenças está sendo incluída nas práticas pedagógicas dos docentes. No entanto, além disso, faz-se necessário a intensificação sobre esses debates, por meio de projetos e pesquisa, para que assim a sociedade vá atenuando o preconceito, discriminação, sexismo, misoginia e LGBTfobia que por séculos se faz presente.

Outro ponto que sublinhamos diz respeito a promoção de capacitações que possibilitem o preparo, esclarecimento e aprofundamento teórico e metodológico em relação ao gênero, sexualidade, etnia-raça como campos de produção de saber e imbricados com uma educação em e para os Direitos Humanos.

Assim, essa educação de qualidade se caracteriza como importantíssima na promoção de uma sociedade que valorize o respeito e aprendizado com as

diferenças fortalecendo um regime democrático e de incentivo aos Direitos Humanos. Dessa maneira, a aceitação das múltiplas diferenças, em que os ditos “não normais” vão se “transformando” em cidadãos comuns vai tomando espaço, promovendo assim uma sociedade menos preconceituosa.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Elise H. M. *Bullying e Preconceitos Étnico-Raciais*. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Florianópolis, V. 7, n. 12, jun/Dez, 2013.
- BRUSCHINI, Cristina. “O Trabalho da Mulher no Brasil: Tendências Recentes” in SAFFIOTI, Heleieth I.B. e MUNÕZ-VARGAS, Mônica (orgs.). *Mulher Brasileira é Assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gêneros: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DIAZ, Gabriela A., SOUZA, Mériti. *Bullying Homofóbico: um nome “diferente” para a violência?* In **Anais do Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidade, Deslocamentos**, Florianópolis, 2010.
- GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOMES, Nilma L. Educação, Raça e Gênero: relações imersas na alteridade. In **Cadernos Pagu** (6-7), Campinas 1996.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MATTOS, Patrícia. O Conceito de Interseccionalidade e suas Vantagens para os Estudos de Gênero no Brasil. In **Anais XV SBS, 2011**.
- MIRANDA, Marcelo H. G. de. MIRANDA, Marcelo H. G. de. 2013. **Condensação de Sentidos e Paródia: categorização social sobre sexo, gênero e sexualidade**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1996
- SILVA, JOILSON P. da., BARRETO, Nayana S. Violência Escolar: problematizando a

relação entre o bullying e a homofobia. In **Revista Fórum Identidades, Itabaiana: GEPIADDE**, V. 12, jul/dez, 2012.

SILVA, Joyce M. A. de P., SALLES, Leila M. F. A Violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. In **Educar em Revista**, Curitiba, n.